

## REPERCUSSÕES DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Lucili Grangeiro Cortez \*

### Resumo:

Este estudo pretende demonstrar que o processo de mundialização e a globalização do capital produziram repercussões no mundo do trabalho, a partir das ideias de Hobsbawm, Boaventura, Antunes e Ianni. São também apresentadas as discussões de Braverman sobre o surgimento e as características do trabalho humano, como também o processo de conscientização dos trabalhadores segundo Thompson e a noção de progresso segundo Russell. O estudo conclui que o alcance e as consequências desse processo ainda necessitarão de algum tempo para serem claramente definidas e compreendidas.

**Palavras-Chave:** Globalização; Mundo do trabalho, História das ideias

### Abstract:

This study aims to demonstrate that the process of globalization and the globalization of capital have had repercussions in the world of work, based on the ideas of Hobsbawm, Boaventura, Antunes and Ianni. Also discussed are Braverman's discussions about the emergence and characteristics of human labor, as well as the process of raising workers' awareness according to Thompson and the notion of progress according to Russell. The study concludes that the scope and consequences of this process will still require some time to be clearly defined and understood.

**Keywords:** Globalization; World of work, History of ideas

**Recebido:** 26/10/2016

**Avaliado:** 06/12/2016

---

\* Professora Emerita, Doutora, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Mestrado Acadêmico em História (Mahis).

## Introdução

As pertinentes recomendações metodológicas de Hobsbawm são observadas no decorrer da pesquisa teórica que originou este artigo. Esse autor, ao criticar vários autores e tipologias adotadas nos estudos sobre os operários sob a influência da formação ideológica, recomenda aos pesquisadores “três importantes considerações”:

- 1) A história operária é parte da história da sociedade, ou melhor, da história de certas sociedades que possuem características específicas em comum. Relações de classe, qualquer que seja a natureza da classe, são relações entre classes ou camadas que não podem ser adequadamente descritas se analisadas isoladamente, ou apenas em termos de sua divisões ou especificações internas...
- 2) A história operária é um assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo: trabalhadores e movimentos, bases e líderes, os níveis sócio econômico, político, cultural e ideológico e “histórico” – tanto no sentido de operarem num contexto dado pelo passado, quanto no sentido de que mudam ao longo do tempo em determinadas maneiras específicas...
- 3) Alguns aspectos do nosso tema são quantificáveis, outros não, pelo menos em termos comparativos. O problema da história operária (como de qualquer outra história social) está em combinar diferentes tipos de quantificação com enunciados qualitativos. (HOBSBAWM, 2000, p. 27-28)

Hobsbawm sugere ainda que “é importante recuperar o que pudermos sobre o modo como os trabalhadores pobres viviam, agiam e pensavam”... Entretanto, essa produção não pode ser “um fim em si mesmo”, pois devemos formular primeiro questões e pesquisarmos o material à luz dessas questões, para não “correremos o risco de produzir meramente uma versão arqueológica esquerdizante, trabalho que é equivalente aos diletantes folcloristas.” (HOBSBAWM, 2000, p. 21) Portanto, seguindo tais recomendações, este estudo, baseado em uma metodologia teórica e histórico-crítica, busca analisar o processo de mundialização e globalização da economia que vem repercutindo no mundo do trabalho.

## A repercussão do trabalho na sociedade.

Vários autores, incluindo Marx dedicaram-se ao estudo da problemática do trabalho. Harry Braverman ao discutir a concepção de trabalho parte dos seguintes princípios:

Todas as formas de vida mantêm-se em seu meio ambiente natural; assim é que todos desempenham atividades com o propósito de apoderar-se de produtos naturais em seu próprio proveito. Os vegetais absorvem umidade, minerais e luz do sol; os animais alimentam-se da vida vegetal ou da rapina. Mas apoderar-se desses materiais da natureza tais como são não é trabalho; o trabalho é uma atividade que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade. Pássaro, castor, aranha, abelha e térmita, ao fazerem ninhos, diques, teias e colmeias, trabalham, por assim dizer. Assim, a espécie humana partilha com as demais a atividade de atuar sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades. (BRAVERMAN, 1987, p. 49)

Entretanto, esse autor explica que “o que importa quanto ao trabalho humano não é a semelhança com o trabalho de outros animais, mas as diferenças essenciais que o distinguem como diametralmente oposto”. Ele assim cita Marx em *O Capital*:

Pressupomos o trabalho de um modo que o assinala como exclusivamente humano. Uma aranha desempenha operações que se parecem com a de um tecelão, e a abelha envergonha muito arquiteto na construção de seu cortiço. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. (MARX, apud Braverman, 1987, p. 49-50)

Portanto, Braverman explica que o trabalho humano é “consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo”, pois as atividades instintivas são “inatas antes que aprendidas e representam um padrão relativamente fixo para a liberação de energia ao receber estímulos específicos”. (BRAVERMAN, 1987, p.50) Diferentemente, “no trabalho humano o mecanismo é o poder do *pensamento conceptual*, que tem origem em todo um excepcional sistema nervoso central”. O autor acrescenta que, “sejam quais forem as capacidades possíveis de estimularem-se animais mediante as engenhosas formas de tutela humana, não se mostrou possível estimular-lhes a capacidade de manipular representação simbólica, sobretudo em suas formas superiores como a linguagem articulada.” Sem símbolos ou linguagem o pensamento conceptual deve permanecer rudimentar e, ademais, não pode ser livremente transmitido através do grupo ou às gerações seguintes:

Cultura sem continuidade de experiência é, evidentemente, impossível. Mas que espécie de continuidade de experiência é pré-requisito da cultura?... Como mostramos, é o símbolo, sobretudo sob a forma de palavra, que proporciona esse elemento de continuidade na experiência instrumental do homem. E, finalmente, foi este fator de continuidade na experiência instrumental do homem que possibilitou a acumulação do progresso, numa palavra, a cultura material. (WHITE, apud Braverman, 1987, p. 52)

Portanto, Braverman entende que “o trabalho como atividade proposital, orientado pela inteligência, é produto especial da espécie humana. Mas esta, por sua vez, é produto especial desta forma de trabalho”. Como também, o trabalho “que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos”. Portanto, “a possibilidade de todas as formas sociais, que surgiram e que podem ainda surgir, dependem, em última análise, desta característica distintiva do trabalho humano”, ... ”a capacidade humana de executar trabalho, que Marx chamava ‘força de trabalho’, não deve ser confundida com o poder de qualquer agente não-humano, seja ela natural ou feita pelo homem”. Para esse autor, “é importante notar o caráter histórico deste fenômeno”. Ele acrescenta que, apesar da compra e venda de força de trabalho tenha existido desde a

antiguidade, “até o século XIV não começa a se constituir uma considerável classe de trabalhadores assalariados na Europa, e ela não se tornou numericamente importante até o advento do capitalismo industrial”, no século XVIII. (BRAVERMAN, 1987, p. 53-54-55)

Thompson explica que, mesmo em 1830, na Inglaterra, “o empregado industrial típico não trabalhava nas fábricas, mas (no caso dos artesãos ou dos ‘mecânicos’) em pequenas oficinas ou na sua própria casa, ou (no caso dos trabalhadores não qualificados) em atividades mais ou menos eventuais nas ruas, nos pátios dos edifícios ou as docas.”... Assim, o termo “artesão” dissimulava as grandes diferenças entre as categorias, “desde o próspero mestre de ofício, que contratava os empregados por sua própria conta, independentemente de outros mestres, até trabalhadores obrigados a viverem em sótãos.” (THOMPSON, p. 71)

Segundo Thompson, embora a década de 1820, nesse país, e os anos seguintes fossem calmos, ocorreu a luta pela liberdade de imprensa; o aumento da força sindical e a revogação das Leis de Associação; o crescimento do livre pensamento, da experiência cooperativa e da teoria ouwerista. Ele explica que “são anos em que grupos e indivíduos tentaram teorizar as experiências gêmeas”, como “a experiência da Revolução Industrial e a experiência do radicalismo popular insurgido e derrotado”. Assim, no final da década, “quando a luta entre a Velha Corrupção e a Reforma atingiu o seu clímax, é possível falar de uma nova forma de consciência dos trabalhadores em relação aos seus interesses e à sua situação enquanto classe”. Para explicar a consciência de classe que foi se formando através das organizações sociais e sindicais dos trabalhadores na Inglaterra, Thompson afirma:

Num determinado sentido, podemos descrever o radicalismo popular daqueles anos como uma cultura intelectual. A consciência articulada do autodidata era, sobretudo, uma consciência política. Foi a primeira metade do século 19, quando a educação formal do povo se resumia a ler, escrever e contar, não foi absolutamente um período de atrofia intelectual. As vilas e até as aldeias, ressoavam com a energia dos autodidatas. Dadas as técnicas elementares de alfabetização, os diaristas, artesãos, lojistas, escreventes e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente ou em grupo... (THOMPSON, p.303-304)

Esse autor explica que alguns aprendiam a ler na Bíblia ou através de “meritórias homilias religiosas e, posteriormente, se aperfeiçoariam ao lerem a *Idade da Razão*, Voltaire, Gibbon, Ricardo”. Liam os periódicos radicais, aprenderam a “usar as publicações oficiais do Parlamento”. Os diaristas, embora analfabetos, frequentavam todas as semanas um bar onde era lido “em voz alta” e discutido o “editorial de Cobbett.” “Assim a partir de sua experiência própria e com o recurso à sua instrução errante e arduamente obtida, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade.” (THOMPSON, p. 303-304)

Braverman também entende que o trabalho humano “devido a ser esclarecido e orientado por um entendimento que foi social e culturalmente desenvolvido, é suscetível de vasta gama de

atividades produtivas.” Portanto, os processos de trabalho ativo que residem em potencial força de trabalho dos homens são tão diversos quanto ao tipo, modo de desempenho etc... Assim sendo, o capitalista encontra nesse “caráter infinitamente plástico do trabalho humano o recurso essencial para a expansão do seu capital”. (BRAVERMAN, p. 57)

As “flutuações econômicas de uma economia industrial e capitalista” são de “importância decisiva” na Europa do século XIX e começo do século XX. Segundo Hobsbawm, nessa época é “a área única na qual as estruturas da sociedade em geral, e o mercado de trabalho em particular, são razoavelmente semelhantes. Ocorrem movimentos “inconstantes e descontínuos” e, “em menor grau, com os problemas da coordenação internacional”. Ocorrem “saltos ou “explosões” nos movimentos sindicais na Inglaterra, na França nos Estados Unidos e na Alemanha. “As variações súbitas e vivas no total da atividade trabalhista, p. ex., greves – em contraposição do número de membros das organizações são, naturalmente, tão bem conhecidas a ponto de não necessitarem de prova.” (HOBSBAWUM, 2010, p. 155-156)

São características dessas “explosões” segundo Hobsbawm:

[...] é que elas marcam mudanças qualitativas bem como quantitativas. Elas são, na verdade, geralmente expansões do movimento dentro de novas indústrias, novas regiões, novas classes de população; elas coincidem com o amontoamento de novas organizações, e a adoção de novas ideias e políticas tanto pelas unidades novas como pelas existentes. Assim, a “explosão” do começo da década de 1830 na Inglaterra viu antigas sociedades de ofício adotarem técnicas completamente novas de coordenação nacional, e a fusão de ideias cooperativo-socialistas e sindicalistas. (HOBSBAUM, 2010, p. 156-157)

De igual modo, na década de 1870 nesse país ocorreu a extensão do sindicalismo à agricultura, e também “o começo da conquista trabalhista de áreas anteriormente mais fracas, como a costa nordeste de Gales Sul, e as primeiras experiências sérias de representação trabalhista independente”. Os anos de 1889 e 1890 presenciaram não só “extensões regionais e a conquista de novas indústrias e tipos de trabalho, como mudanças das técnicas das sociedades dos antigos ofícios, e o impacto das ideias socialistas nas táticas práticas do movimento”. (HOBSBAWM, 2010, 157)

Assim Russell explica este processo: a “ideia principal que inspirara os homens durante várias gerações fora a noção de progresso”, entendendo que “o mundo se movia rumo a uma condição melhor e mais civilizada, tendo a Europa ocidental como mestra benevolente e o resto do mundo sob sua dependência política e técnica”. Com o desenvolvimento da sociedade industrial ocorreu um “vigoroso crescimento populacional” e ao “superar os problemas iniciais, as condições gerais de vida da comunidade se tornaram aos poucos mais confortáveis”. Diante da “atmosfera de progresso”, o mundo parecia estar assentado em bases firmes, pois no campo

político, a partir de 1870, a Europa ocidental desfrutou de quase cinquenta anos de paz... (RUSSELL, p. 431-433)

Entretanto, a eclosão Primeira Guerra Mundial (1914-1918) marcou o fim de uma era. “Junto com essa catástrofe produziu-se o declínio da confiança no progresso e se desenvolveu um clima de suspeita do qual o mundo jamais se recuperou inteiramente”. Com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que em alcance e destruição, suplantou todas as guerras anteriores da história, produzindo a “maior eficácia técnica dos armamentos, e a maior força dos motivos ideológicos em jogo”, transformou o conflito contra os exércitos numa guerra total, que afetou diretamente a vida dos civis e soldados. Assim sendo, até esse período, as duas principais forças que deram impulso especial ao desenvolvimento técnico foram o comércio e a guerra. Posteriormente, o progresso da eletrônica e da engenharia de comunicação produziu o que “agora alguns chamam de segunda revolução industrial”. (RUSSELL, p. 434-435)

## **A Influência do Processo de Mundialização ou Globalização da Economia nas Relações de Trabalho**

Os anos 70 e 80 do século XX são considerados por Boaventura como “décadas experimentais”, diferentes dos anos 60, pois foi o “período em que o capital começou a definir uma resposta aos desafios” desses anos. “Trata-se de uma resposta que tem lugar ao nível do sistema mundial no seu todo e que, de fato, assenta mais do que nunca na conversão do ‘sistema mundial capitalista’ em espaço global de acumulação”. (Santos, p. 250)

Assim o Dicionário de Política define este processo que passou a ser conhecido como mundialismo ou globalismo:

O movimento mundialista se desenvolveu especialmente durante e após a Segunda Guerra Mundial, baseado no horror que suscitou a crueldade e a devastação da guerra. Sob o aspecto histórico-social, o mundialismo é o reflexo do processo de ampliação das dimensões das relações de produção e de troca que, em perspectiva histórica, tende a criar a base material da unificação política do gênero humano, prefigurada, mas não realizada no plano institucional pela ONU.” (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, p. 792)

Tanto o mundialismo como o globalismo são configurações histórico-sociais abrangentes, “convivendo com as mais diversas formas sociais de vida e trabalho, mas também assinalando condições e possibilidades, impasses e perspectivas, dilemas e horizontes”. Ianni afirma: “... tanto é assim que no âmbito do globalismo emergem e ressurgem localismos, provincianismos, nacionalismos, regionalismos colonialismos, imperialismos, etnicismos, racismos e fundamentalismos; assim como reavivam-se os debates, as pesquisas e as aflições sobre a identidade e a diversidade, a integração e a fragmentação”. (IANNI, p. 235)

Esse autor cita ainda, que o “globalismo pode ser visto como uma configuração histórico-social no âmbito do qual se movem os indivíduos e as coletividades, ou as nações e as nacionalidades, compreendendo grupos sociais, povos, tribos, clãs e etnias, com as suas formas sociais de vida e trabalho, com as suas instituições, os seus padrões e os seus valores”. As peculiaridades de cada coletividade, nação ou nacionalidade, com as suas tradições ou identidade, manifestam-se nas configurações e os movimentos do globalismo. “São realidades sociais e econômicas, políticas e culturais que emergem e dinamizam-se com a globalização do mundo, ou a formação da sociedade global”. (IANNI, p. 236)

Portanto, segundo Ianni, na base da ruptura que abala a geografia e a história no fim do século XX está a globalização do capitalismo. Em poucas décadas o capitalismo se tornou um modo de produção global, pois está presente em todas as nações e nacionalidades, “independentemente de seus regimes políticos e de suas tradições culturais ou civilizatórias”, alcançando “não só as tribos e os clãs, ou as nações e as nacionalidades, mas também os países nos quais se havia criado o regime socialista ou a economia centralmente planejada”. (IANNI, p. 239)

De igual modo, Santos entende como Ianni, ao escrever sobre o assunto nos anos de 1990 e também Antunes nos anos 2000, que essas últimas décadas são caracterizadas por uma fase de “grande experimentação social, de formulação de alternativas mais ou menos radicais do modelo de desenvolvimento econômico e social do capitalismo”. Entretanto, a análise de Santos vai mais além, levantando outros elementos, buscando a origem de tais dificuldades nas crises ocorridas nos anos sessenta, ao apontar a “afirmação política de novos sujeitos sociais”, com a emergência dos novos movimentos sociais, não só nos países centrais, como também nos movimentos populares da América Latina. Esses autores concordam, também, que a década de 80, “testemunhou o colapso das sociedades comunistas do Leste Europeu”, para eles “um processo de desenvolvimento difícil de prever”. (SANTOS, p. 250 e ANTUNES, p. 148)

Para Santos, esse processo significava, “pelo menos na aparência, a revalidação do modelo capitalista de desenvolvimento econômico e social e a sua afirmação como o único modelo viável na modernidade”, embora esse autor ressalte ser ainda muito cedo para conhecer o “tipo de formações sociais” que estariam “na prática a emergir dolorosamente no Leste Europeu e qual seu impacto na Europa e no mundo”. Entretanto, Antunes coloca a responsabilidade de avaliar tais impactos no “mundo sindical da esquerda”, assinalando a incapacidade de suas organizações em buscarem “novas alternativas socialistas, refundadas, redescobertas e radicais”. (SANTOS, p. 250 e ANTUNES, p. 148)

Segundo Santos seria correto afirmar que os anos 70 e 80 seriam “décadas experimentais” e que os anos 90 dariam “testemunho das diferentes linhas de transformação social por elas apontadas”. Com a emergência de novos sujeitos sociais, a alternativa do capital foi a incorporação de algumas de suas reivindicações. Portanto, o autor passa a apontar as “respostas

do capital” e as alternativas propostas pelos novos movimentos sociais e assim, apresenta as soluções capitalistas como: “a difusão social da produção e o isolamento das classes trabalhadoras enquanto classes produtoras.” (SANTOS, p. 251)

Para Santos, a difusão social da produção assumiu várias formas. Primeiro, a “descentralização da produção através da transnacionalização da produção (a ‘fábrica difusa’)”, a qual resultou da “fragmentação geográfica e social do processo de trabalho, com a transferência para a periferia do sistema mundial das fases produtivas mais trabalho-intensivas, do que resultou em uma certa desindustrialização dos países centrais e a industrialização ou re-industrialização dos países periféricos.” Segundo, a despolitização e a naturalização dos novos imperativos da produção resultaram da “condução desse processo pelas empresas multinacionais – os grandes agentes da reestruturação”. Esse autor, cita como apoio de sua argumentação o fato das “guerras econômicas” deixarem de ocorrer entre Estados, passando a ocorrer entre “blocos ou entre devedores nacionais e credores internacionais” Portanto, os Estados nacionais, “sobretudo os periféricos e semiperiféricos, foram sendo postos na posição de ter de competir entre si para atrair o investimento das empresas multinacionais”. Terceiro: a “crescente confusão ou indiferenciação entre produção e reprodução”. Segundo o autor citado, este é um dos aspectos mais complexos e “talvez de maior importância no futuro próximo”. Trata-se de “um fenômeno complexo porque em algumas de suas vertentes corresponde, na aparência pelo menos, a algumas das reivindicações do movimento estudantil dos anos sessenta e mesmo dos novos movimentos sociais dos anos setenta e oitenta”. Este objetivo foi atingido por algum tempo por largos setores das classes trabalhadoras nos países centrais, entretanto foi justamente contra isso que o movimento estudantil se insurgiu, pois, para esse movimento, o objetivo foi falsamente atingido, uma vez que “os ganhos em cidadania se converteram em perda de subjetividade”. (SANTOS, p. 251-252)

Portanto, o capital ao se reestruturar nesse período, alterou, em seu favor, “a relação entre produção e reprodução social”. Isso se deu por um lado “com os cortes no orçamento do Estado-Providência e a quebra da indexação entre produtividade e salário”, procurando eliminar ou pelo menos, atenuar a conexão econômica; por outro lado, ainda “através da difusão social da produção, procurou aprofundar outras conexões entre produção e reprodução”. Santos acrescenta ainda outro elemento na discussão, ao lembrar que “em muitas profissões ou ocupações, o corpo (a aparência corporal, o visual, o vigor físico, o vestuário, a maquilagem) passou a ser a segunda força produtiva do trabalhador ao lado da força de trabalho propriamente dita”. Portanto, “nessas situações, parte do tempo vital da reprodução é de fato um segundo turno do trabalho produtivo, ocupado em *cooper*, ginástica, massagens, musculação etc.” (SANTOS, p. 253)

Pelo argumento desenvolvido o autor deduz que o “isolamento político das classes trabalhadoras na produção” está ligado obviamente a esses processos, constituindo o que ele define como “a outra face da difusão social da produção”. E que esses processos contribuem,

“cada um a seu modo, para a transformação do operariado em mera força de trabalho”. Ocorrem assim, diferentes fatores para o “isolamento político das classes trabalhadoras” e das organizações sindicais. Contribuem para esse processo “as diferentes estratégias de flexibilização, ou melhor, de precarização ou redução da relação salarial” que vêm sendo adotadas em diferentes lugares, traduzindo-se em diferentes formas de relação salarial que “visam sujeitar os ritmos da reprodução social aos ritmos da produção (há trabalho quando há encomendas)”. São adotadas estratégias, como: o declínio dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, substituídos por contratos a prazo e de trabalho temporário; trabalho falsamente autônomo e pela subcontratação; substituição pelo trabalho a domicílio e pela feminização da força de trabalho (associada em geral a uma maior degradação da relação salarial). (SANTOS, p. 253-254)

Portanto, a coexistência de várias relações salariais e a segmentação dos mercados de trabalho têm produzido uma “grande fragmentação e heterogeneidade do operariado”, tornando mais difícil a “macro-negociação coletiva”, colocando as “organizações sindicais numa posição de fraqueza estrutural, uma fraqueza agravada pelo abaixamento das taxas de sindicalização em quase todos os países”. Também contribuem para esse processo as “transformações operadas no próprio processo de trabalho”: “técnicas de enriquecimento do trabalho, as políticas de classificação e de qualificação, as alterações no controle do processo de trabalho pago à peça e dos prêmios de produtividade”. (SANTOS, p. 254)

A análise de Antunes, embora menos abrangente do que a de Boaventura Santos, confirma essas alterações ao nomear tais processos, os quais compõem as causas do que ele intitula um quadro agudamente crítico: a automação, a robótica e a microeletrônica, que possibilitam “uma revolução tecnológica de enorme intensidade”; o taylorismo e o fordismo, que também passam a conviver com o “toyotismo” e o “modelo sueco” etc. “A flexibilização da unidade fabril, a desconcentração da produção, a arrasadora desregulamentação dos direitos do trabalho, os novos padrões de gestão e ‘envolvimento’ da força de trabalho, como os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)”... (ANTUNES, p. 148,166)

Antunes refere-se a essa metamorfose da “classe-que-vive-do-trabalho” em decorrência da “apropriação do fazer e do saber do trabalho sob o comando manipulatório do capital em nossos dias”, levando ao estranhamento do trabalho “no sentido marxiano ao seu limite”, tudo isso feito sob um inquestionável domínio da “produtividade” e da “modernidade social”, acabando por afetar “a forma de ser do proletariado fabril, tradicional”. (ANTUNES, p. 147,148)

Para Santos essas transformações, no seu conjunto, “retiram sentido à unidade dos trabalhadores e promovem a integração individual e individualmente negociada dos trabalhadores na empresa”. Assim, “por estas vias, a integração cada vez mais intensa dos trabalhadores na produção corre de par com a progressiva desintegração política do movimento operário. Isolados, os trabalhadores não são classe operária, são força de trabalho”. Esses fatos

talvez expliquem “a pouca resistência ou a pouca eficácia da resistência das organizações sindicais perante o processo de degradação da relação salarial”. (SANTOS, p. 254)

Essa “degradação geral da relação salarial” é apenas um “aspecto do isolamento político das classes trabalhadoras”. Outro aspecto também importante é a “degradação dos salários indiretos e, conseqüentemente, das prestações e serviços do Estado Providência”. Esse fato decorre do “retrocesso” nas políticas sociais que ocorrem de várias formas:

[...] cortes nos programas sociais; esquemas de coparticipação nos custos dos serviços prestados por parte dos utentes (usuários); privatização capitalista de certos setores da previdência estatal no domínio da saúde, da habitação, da educação, dos transportes e das pensões de reforma; transferência de serviços e prestações para o setor privado de solidariedade social mediante convênios com o Estado; mobilização da família e das redes de interconhecimento e de entajuda – o que em geral podemos designar por sociedade providência – para o desempenho de funções de segurança social até agora desempenhadas pelo Estado. (SANTOS, p. 254)

Santos conclui que, além da “difusão social da produção e o isolamento político das classes trabalhadoras” essas duas últimas décadas “têm sido acompanhadas no plano político-cultural por uma constelação ideológica em que se misturam o renascimento do mercado e da subjetividade como articuladores nucleares da prática social”. (SANTOS, p. 254)

## A Emergência da Subjetividade

Santos e Antunes concordam com a emergência da subjetividade como uma nova articulação “nuclear da prática social” (SANTOS, p. 254; ANTUNES, p. 148).

Para Santos, apesar de todas as diferenças, o “regresso do princípio de mercado nos últimos vinte anos representa a revalidação social e política do ideário liberal e, conseqüentemente, a revalorização da subjetividade em detrimento da cidadania”. Esse autor afirma que também nesse campo o capital “aproveita e distorce sabidamente algumas reivindicações dos movimentos contestatórios dos últimos trinta anos”. Assim:

[...] a aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista. Tal integração, longe de significar uma tendência materialista, é vivida como expressão de um novo idealismo, um idealismo objetístico. A natureza do consumo matamorseia-se. Para além de que alguns objetos de consumo não têm qualquer existência material (as imagens digitais, por exemplo), a retração da produção em massa e a sua gradual substituição pela clientelização e personalização dos objetos transforma estes em características de personalidade de quem os usa e, nessa medida, os objetos transitam da esfera do ter para a esfera do ser. O novo subjetivismo é objetístico e o culto dos objetos (é o *ersatz*) toma a forma da intersubjetividade. (SANTOS, p. 255-256)

Para Antunes, essa crise que atinge diretamente a subjetividade do trabalho, atingindo “a consciência de classe” dos trabalhadores, afeta, conseqüentemente “seus organismos de representação, dos quais os sindicatos e os partidos são expressão”. Segundo ele:

Os primeiros, os sindicatos, foram forçados a assumir uma ação cada vez mais defensiva, cada vez mais atada à imediatidade, à contingência, regredindo sua já limitada ação de defesa de classe no universo do capital. Gradativamente foram abandonando seus traços anticapitalistas, aturdidos que estavam, visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada, os demais direitos sociais já conquistados e, quanto mais a “revolução técnica” do capital avançava, lutavam para manter o mais elementar e defensivo dos direitos da classe trabalhadora, sem os quais sua sobrevivência está ameaçada: “o direito ao trabalho, ao emprego”. (ANTUNES, p. 148)

Portanto, é “nessa contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe”. É a adoção de uma prática subjetivista. Para Antunes o sindicalismo de participação significa: “participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que é para quem produz a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital”. Para esse autor, “o mundo sindicalista de esquerda que seria o responsável pela busca de “novas alternativas socialistas, refundadas, redescobertas e radicais”, vai progressivamente se inserindo “na preservação do chamado *welfare state*, no universo da ação socialdemocrata”... O “moderno”, critica o autor, são bandeiras de luta atuais, “o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação”. (ANTUNES, p. 148-149)

Para Antunes, o sindicalismo, mesmo nos países avançados, tornou-se incapaz de apreender “a amplitude e a dimensão da crise do capitalismo” por estar numa situação “desfavorável” que o impede de “visualizar e agir para além do capital”. O sindicalismo vive uma “brutal crise de identidade”, pois está cada vez mais “atuando sob o prisma institucional distanciando-se dos movimentos sociais autônomos”. Esse autor considera esta a “mais aguda crise do universo do trabalho, com repercussões fortes no movimento dos trabalhadores. A simultaneidade da crise, tanto na materialidade quanto na subjetividade da classe-que-vive do trabalho, torna-a muito mais intensa”. (ANTUNES, p. 149)

Resumidamente, o autor apresenta os seguintes elementos como reflexo da crise: “redução do operariado fabril, industrial; crescente subproletarização do trabalho, através da incorporação do trabalho precário, temporário e parcial” um fortíssimo processo de terceirização do trabalho; qualificação em vários setores como no ramo siderúrgico, acarretando um processo de intelectualização do trabalho industrial e desqualificação em outros, como o mineiro”. Esse processo é complexo e multiforme, resultando em uma classe trabalhadora “mais heterogeneizada, mais fragmentada e complexificada”. Diante dessa situação ou dessas tendências: “diminuíram as taxas de sindicalização nos países capitalistas de centro; com o aumento do fosso entre operários estáveis e precários, parciais, reduz-se fortemente o poder dos sindicatos; redução do número de greves; aumento dos casos de corporativismo, xenofobia, racismo, no seio da classe trabalhadora.” (ANTUNES, p. 150)

## Considerações Finais.

Diante do que foi exposto, a argumentação ou análise de Santos é mais coerente ao considerar que a difusão social da produção e o isolamento político do operariado na produção ajudaram, nos últimos vinte anos, a tornar social e politicamente menos importante o cotidiano do trabalho assalariado. Para esse autor ocorreu:

[...] uma evolução para que de resto contribuíssem os cientistas sociais ao desviarem a sua atenção analítica, tanto da brutalidade das relações concretas de produção (a violência dos ritmos de produção; a violentação física e psicológica dos trabalhadores; a degradação das condições de segurança e insalubridade), como da brutalidade das relações na produção (as rivalidades e a concorrência, a delação e os furtos entre os trabalhadores; a degradação moral das relações face-a-face e o isolamento autístico como exigência de sobrevivência. (SANTOS, p. 272)

Santos acrescenta que a transformação dessa situação não pode ser feita só com o operariado, nem sem ele ou contra ele e recomenda: “Para isso é preciso alterar as estratégias e as práticas dos velhos movimentos sociais do operariado, dos partidos operários e dos sindicatos” e propõe como uma das tarefas centrais da nova teoria democrática a politização do espaço da produção. (SANTOS, p. 273)

## Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 2ª e 13ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995, 2008.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Vol. 22, 13ª ed. 2007.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1987?

HOBBSBAWM, Eric J. **Mundos do Trabalho**: Novos estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **Os Trabalhadores**: estudos sobre a História do Operariado. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1996.

RUSSELL, Bertrand. **História do Pensamento Ocidental**: a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa Santos. **Pela mão de Alice**: O social e o político pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa. II**: A maldição de Adão. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Formação da Classe Operária Inglesa, III**: a força dos trabalhadores. 3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.